

Entre a confissão e a ostentação: discursos sobre a leitura em declarações envergonhadas de leitores orgulhosos

Between confession and ostentation: discourses about reading in ashamed statements from proud readers

Luzmara Curcino¹

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
luzcf@ufscar.br

Paul Fernand da Cunha Leite²

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
paulfrndleite@gmail.com

RESUMO: Neste artigo, apresentamos uma análise de discursos sobre a leitura. Para isso, recortamos um contexto bem específico de enunciação dessa prática que consiste na declaração de leitores que confessariam ter recorrido a práticas em geral atribuídas a não leitores. Não se trata, como veremos, de declarações de pessoas não alfabetizadas ou com baixo grau de letramento. Antes o contrário. São leitores que gozam de reconhecimento dessa sua condição social e cultural e que, dada essa sua blindagem social e cultural, podem revelar práticas em geral atribuídas a não leitores, sem com isso colocarem em risco sua imagem e seu prestígio culturais. Neste artigo, analisamos uma amostra que proveio de texto publicado em 2022 no jornal “Folha de S. Paulo” (Folha), coletado em seu acervo digital. Trata-se de enunciados no qual se mobilizam as emoções do orgulho e da vergonha relacionadas à leitura, e no qual a condição leitora orgulhosa é afirmada por meio de alusão a comportamentos ou escolhas normalmente consideradas vergonhosas quando o assunto é a leitura. Ao confessar envergonhadamente não ter lido o quanto deveria na adolescência, o enunciador enfatiza sua condição de leitor ideal na maturidade. Nessa análise, apoiamos-nos em princípios da Análise do Discurso, a partir de Michel Foucault, da História Cultural da Leitura, segundo Roger Chartier, e da Sociologia da Distinção Cultural segundo Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Leitura; Leitor; Vergonha; Orgulho.

ABSTRACT: In this article, we focus on analyzing discourses about reading. To this end, we have selected a very specific context for discussing this practice, consisting of statements by readers who confess to having resorted to practices generally attributed to non-readers. As we shall see, these are not statements by illiterate people or those with low literacy levels. Quite the contrary. These are readers who enjoy recognition of their social and cultural status and who, given their social and cultural shield, can reveal practices generally attributed to non-readers without jeopardizing their cultural image and prestige. In this article, we analyze a sample taken from a text published in 2022 in the newspaper Folha de S.

¹ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP-FCLAr, Docente no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisadora CNPq. Coordenadora do grupo de pesquisas Laboratório de Estudos da Leitura (LIRE/CNPq-UFSCar).

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos. Membro do Laboratório de Estudos da Leitura (LIRE/CNPq-UFSCar).

Paulo (Folha), collected from its digital archive. It is an example of a statement that mobilizes the emotions of pride and shame related to reading. It is a statement in which the condition of being a proud reader is affirmed through allusion to behaviors or choices normally considered shameful when it comes to reading. By shamefully confessing that he did not read as much as he should have in his adolescence, the speaker emphasizes his condition as an ideal reader in maturity. In this analysis, we rely on principles of Discourse Analysis, based on Michel Foucault, the Cultural History of Reading, according to Roger Chartier, and the Sociology of Cultural Distinction according to Pierre Bourdieu.

Keywords: Discourse Analysis; Reading; Reader; Shame; Pride.

Introdução

O presente artigo é fruto de reflexões iniciais da pesquisa de Mestrado em curso, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos. Ela se inscreve no âmbito das pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Estudos da Leitura (LIRE-CNPq/UFSCar)³, e compõe o projeto coletivo “O orgulho, a vergonha e outros afetos: uma análise das emoções em discursos sobre a leitura” (CNPq – PQ 305682/2022-9), dedicado à análise de discursos sobre a leitura com ênfase no papel exercido pelas emoções do “orgulho” e da “vergonha” nesses discursos.

Partindo do princípio segundo o qual o que enunciamos sobre uma prática e sobre os sujeitos que a exercem responde à *ordem dos discursos* (Foucault, 1999), que atua de modo a controlar, a estabelecer limites, a impor as formas consideradas mais legítimas, verdadeiras e autorizadas de enunciar em sociedade, e por extensão de modo a promover distância e distinção de outras formas de enunciar menos reconhecidas e de menor prestígio.

A força dessa “ordem” se observa na regularidade, na permanência, no *valor de verdade* que certas formas de enunciar sobre uma prática e sobre seus sujeitos dispõem, enquanto outras não duram ou não contam com a mesma legitimidade. Esse é o caso dos discursos sobre a leitura e sobre os leitores.

É de sua coesão e de sua força de remanência que advém a partilha e a reiteração do que em geral sabemos e dizemos, em nossa sociedade, sobre essa prática e seus sujeitos, assim como sobre o livro, objeto símbolo dessa prática. Esses consensos simbólicos resultam da apropriação coletiva de discursos e incidem, por sua vez, em nossas práticas, assim como participam das divisões que definem quais sujeitos têm maior ou menor legitimidade para enunciar sobre determinado tema e de que modo e de que lugar devem ocupar para fazê-lo.

Não são recentes esses consensos sobre a leitura que nos fornecem o que sabemos sobre essa prática. Segundo Abreu (2001), uma série de representações leitoras que compartilhamos hoje em dia sobre nós, brasileiros, como leitores, advém da forma como o olhar estrangeiro, especialmente entre os séculos XVIII e XIX, de viajantes europeus que, ao constituírem o retrato exótico dos povos, da fauna e da flora nativos, em cartas destinadas à metrópole ou em desenhos e pinturas que registravam o novo mundo, preenchiam o imaginário europeu a nosso respeito.

³ Grupo de pesquisa no qual, desde 2009, são formados pesquisadores na área de estudos dos discursos especializados no tema da leitura. Cf. cadastro no Diretório de grupos de pesquisa do CNPq. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6622476256810003>.

Em seus relatos e em suas pinturas eles forneceram não apenas para os europeus, à época, essas representações culturais contrastantes dos povos de lá e de cá, mas também forjaram para os próprios brasileiros essas representações que constituíram e perduram acerca de nossa identidade. Afirmações que nos são tão familiares hoje em dia, relacionados ao tema da leitura, como a de que “brasileiro não lê”, “não gosta de ler” ou “tem preguiça de ler” são ecos, em certa medida, dessa nossa história cultural eivada de depreciações. Conforme resumem Curcino e Varella (2014) algumas dessas constatações de Abreu (2001):

As pinturas oitocentistas, analisadas pela autora, são uma das fontes materiais de representação dessa “imagem de erudição e estabilidade [composta] a partir da acumulação de símbolos de sucesso intelectual: uma biblioteca particular, livros espalhados e abertos” que caracterizava a imagem dos letrados europeus, em oposição às pinturas que representaram os intelectuais brasileiros, de forma primitiva e precária (Curcino; Varella, 2014, p. 338).

Essas “representações”, segundo o historiador Roger Chartier (2002, p. 27), dispõem de uma “força dinâmica”, de uma “energia própria” que consiste em fazer crer que “o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram”. Sua força deriva, notadamente, do efeito cacofônico desses discursos, de sua repetição repleta de vieses que invisibilizam ou menosprezam as práticas culturais de leitura do brasileiro. Essa força impacta, sem dúvida, no desejo e na aposta que, coletivamente, como sociedade, poderíamos direcionar para a leitura.

A falta de reconhecimento e a estigmatização generalizante tem cumprido, há muito, o papel de afastar os brasileiros, especialmente das camadas populares, da possibilidade de avançarmos, como nação, no fomento, incentivo, ensino e popularização da leitura. Assim, a força dessa representação historicamente enviesada do brasileiro como não leitor contribui para a manutenção da negação desse direito (cf. Curcino, 2016).

Essa representação cultural de uma relação com a leitura sempre em déficit contribui para a distribuição desigual dos sentimentos de orgulho e de vergonha quando o assunto é a leitura, conforme Curcino (2022; 2024). Aqueles entre nós que dispuseram desde cedo dos meios materiais e estímulos simbólicos que formam leitores tendem a não se reconhecer como parte desse grande grupo nomeado “povo brasileiro” a quem é legado esse atributo depreciativo de não leitor.

E respondendo aos efeitos dessa representação cultural de longa data, perpetuada por desigualdades sociais, a grande maioria de nós tende a não se reconhecer como leitores legítimos, mesmo sabendo ler e em muitos casos lendo com frequência. Isso se deve justamente

em função da força consensual desses discursos e com eles das avaliações culturais negativas com as quais fomos familiarizados. Neles estão implicadas certas emoções, afinal:

Se o discurso fornece o que é dizível sobre uma prática e sobre os sujeitos que a exercem, ele também regula o tipo de emoção consensualmente adequada na enunciação dessa prática. São principalmente dois os modos de expressão das emoções ao se enunciar sobre a leitura: 1) quando se faz referência explícita a uma dada emoção; 2) quando o modo de enunciar permite depreender um ou outro estado afetivo relativo à leitura (Curcino, 2022, p. 3).

E entre as emoções mais frequentemente evocadas quando enunciamos a respeito da leitura, ainda segundo a autora, o orgulho e a vergonha desempenham papel central. Essas emoções constituem o repertório do que devemos enunciar para sermos reconhecidos como *leitores ideais* ou quando somos caracterizados e nos caracterizamos como *não leitores*.

Uns podem se expressar orgulhosamente como leitores, e para isso recorrem ao repertório de enunciados capazes de demonstrar, de validar esse estatuto de *leitor ideal*, que lê, que sabe o que deve ler, que domina as formas de ler, que sabe como se mostrar leitor e como se afirmar leitor. Outros se expressam sob o signo da vergonha, seja por sua condição precarizada como leitor, seja por não se considerarem nem serem considerados leitores de verdade.

É a análise de uma das formas de materialização dessas emoções do orgulho e da vergonha em enunciados⁴ sobre a leitura o nosso objetivo neste artigo. Dedicamo-nos, mais especificamente, à análise de declarações, de início, envergonhadas que contribuem antes para o fortalecimento da imagem orgulhosa de leitores considerados *ideais*.

Os dois enunciados que apresentamos como amostra, e que analisamos neste artigo, advêm de um *corpus*⁵ de 1.619 enunciados coletados em textos de diversos gêneros, autores e temas, publicados no período de 2010 a 2022, nos jornais Folha de S. Paulo (Folha) e O Estado de S. Paulo (Estadão), cujo levantamento e triagem partiu dos acervos digitais dessas instituições. A seleção desses enunciados foi norteadada pela identificação daqueles que

⁴ O “enunciado” é a unidade central a partir da qual acedemos ao(s) discurso(s), conforme a define Michel Foucault (2022). Trata-se de uma “função” que responde a uma “ordem discursiva” que define o que é enunciável, que sujeitos têm ou não legitimidade para enunciar, quando e como se pode ou não enunciar, que *valor de verdade* dispõe ou não tudo aquilo que é enunciado em um dado tempo e em uma dada sociedade. Sua análise pressupõe compreender as regras de funcionamento e agrupamento dos enunciados, depreendê-las e descrevê-las para melhor compreender sua raridade, ou seja, como um enunciado específico emerge e não outro em seu lugar.

⁵ CURCINO, L.; LEITE, P. F. *Leitores orgulhosos, leitores envergonhados: as emoções em discursos sobre a leitura*. Repositório Institucional da UFSCar, 2024. Dataset. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/21146>.

tematizavam a leitura e nos quais se evocavam as emoções do orgulho ou da vergonha, de forma direta ou indireta.

Na seleção desses enunciados estabelecemos uma categorização em função do modo como o orgulho ou a vergonha eram manifestos, o que implicou em 5 categorias: 1) leitor orgulhoso; 2) leitor com orgulho alheio; 3) (não) leitor envergonhado; 4) (não) leitor com vergonha alheia; 5) leitor cuja condição orgulhosa é afirmada por meio de alusão a comportamentos ou escolhas normalmente consideradas vergonhosas quando o assunto é a leitura.

Veículos de imprensa:	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
O Estado de S. Paulo (2010-2022)	232	157	0	47	44
Folha de S. Paulo (2010-2022)	588	283	12	143	113
Total de enunciados coletados:	820	440	12	190	157

Fonte: Curcino e Leite (2025).

Como anunciado anteriormente, a amostra analisada neste artigo provém do conjunto de enunciados do grupo 5, que se caracteriza pela expressão indireta do orgulho de ser leitor manifesta pela confissão, isto é, pela rememoração condenatória de deslizes, de erros, de falhas quanto ao seu próprio comportamento leitor, seja no passado, seja no presente. Dada a especificidade desse conjunto de enunciados que se referem a uma conduta (não) leitora da qual se envergonhar para com isso melhor se representar como leitor, logo, com orgulho, é que escolhemos analisar um dado desse grupo.

Para isso, partimos da hipótese de Curcino (2022) de que essas emoções são distribuídas, em grande medida, em função das posições sociais dos sujeitos. Na mesma medida que elas resultam de representações consensuais, elas também as reforçam definindo quem pode ser reconhecido como leitor e quem, mesmo sabendo ler e lendo, não se reconhece e nem pode ser reconhecido como leitor em nossa sociedade, em função, muitas vezes, da origem social, isto é, da posição social dos sujeitos. Ainda segundo a autora:

Ao se enunciar sobre a leitura, a ‘vergonha’ e o ‘orgulho’ são as emoções protocolares que emergem. Essa emergência conta com uma relativa previsibilidade quando se considera a origem de classe daqueles que enunciam(se) em relação à leitura ou daqueles que são referidos na enunciação quando se fala dessa prática cultural (Curcino, 2022, p. 6).

Os enunciados desse grupo 5, em sua grande maioria, originam-se de declarações de *herdeiros*⁶ ou a seu respeito nos textos dos dois jornais. Nelas, eles se apresentam como leitores ou são apresentados como tais, e sabem ser reconhecidos socialmente, em seus gestos e práticas como bons leitores. Não sem razão, são identificados e se identificam como leitores em função de lerem livros, de lerem de maneira assídua, seja por prazer, seja para formação, seja por exigências profissionais de caráter prioritariamente intelectual.

Esse reconhecimento se deve, em grande medida, a essa sua condição de *herdeiros*, ou seja, à condição de quem, desde cedo, pode travar contato de modo naturalizado, espontâneo, precoce e frequente com objetos, práticas e espaços culturais de leitura, pode conviver com sujeitos leitores, tal como descrito por Chartier (2019). O que lhes permite, entre outros aprendizados, saber o que enunciar à respeito dessa prática ou se valer dos modos mais apropriados de referir-se a si mesmo como leitor, quando o assunto da leitura encontra ocasião nas mais variadas situações.

Declarações envergonhadas de um leitor orgulhoso: entre a confissão e a ostentação

Os dois enunciados sobre a leitura que aqui analisamos foram coletados em um artigo do jornal Folha de S. Paulo, publicado em 23 de abril de 2022, na coluna Opinião, de autoria de Luiz Frias, empresário e editor da Folha de S. Paulo e presidente do Conselho de Administração do Grupo UOL. O artigo resulta de uma aula magna ministrada em 7 de abril de 2022, em comemoração ao Dia do Jornalista, no Centro Universitário da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo.

O discurso proferido na aula magna ganha ainda mais legitimidade uma vez publicado na modalidade escrita para circular na seção “Opinião” do jornal Folha de S. Paulo, seção dedicada a artigos de colaboradores que, segundo o jornal, não necessariamente representam a opinião da empresa. São publicados textos de personalidades reconhecidas ou sobre temas de grande envergadura.

⁶ “Herdeiros” é um conceito usado pelos sociólogos Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014), em contraste com aquele dos “não herdeiros”, para explicar diferenças de gosto, de escolha profissional, de hábitos culturais em grande medida resultantes e derivados das condições materiais, socioeconômicas da origem social dos sujeitos, que promovem maior ou menor contato, maior ou menor proximidade ou distância dos símbolos, objetos e práticas da cultura de prestígio. Nos interessa especialmente o modo como esse conceito foi mobilizado pelo historiador Roger Chartier (2019) para explicar as diferenças no modo como sujeitos com origem de classe distinta formulam diferentemente seus relatos e sua memória como leitores.

Originalmente intitulada “Sugestões a futuros jornalistas”, o texto é publicado com outro título, “Apartidarismo é base para jornalismo crítico e independente”, em 24 de abril de 2022. Essa aula foi realizada em um contexto pós-pandêmico, de abertura do semestre, dirigida a estudantes dos cursos de jornalismo, comunicação, cinema e animação, produção audiovisual, relações públicas e relações internacionais de uma instituição privada de ensino superior frequentada por parte da elite paulistana.

Conforme o título original, o objetivo da aula era o de fornecer “sugestões” para os jovens inscritos nesses cursos ligados à comunicação. Dentre as quatro sugestões elaboradas por Frias para apresentação em sua aula, a primeira delas é justamente a recomendação de que é preciso ler, ler muito e ler desde cedo:

Enunciado 1: “Leia muito. Leia tudo o que possa despertar o seu interesse. Não há como aprender a escrever bem sem escrever, mas ler ajuda muito a escrever bem. Em mais de 40 anos nesse negócio, nunca vi ninguém escrever bem, com inteligência, clareza, objetividade e estilo, que não fosse um leitor compulsivo. Escreva sempre e muito, mas leia muito mais do que escreva.”

O tema da leitura emerge sem que ele seja de fato o assunto ou tema principal da aula ou da notícia posteriormente publicada no jornal com trechos da aula. A leitura é convocada como prática necessária para o exercício de certas profissões prioritariamente intelectuais, como a do próprio enunciador e a de seus interlocutores, naquela aula magna. O emprego do modo imperativo “leia muito”, “leia tudo”, “escreva sempre e muito”, “leia muito mais do que escreva”, responde e reitera injunções comuns no âmbito dos discursos sobre a leitura⁷.

Essas injunções, no modo imperativo, caracterizam o gênero “conselho”, recomendação. Ainda que a forma linguística equivalha, em outros contextos, a uma “ordem”, aqui todo o ritual da circunstância afasta essa possível interpretação, outorgando a essa escolha enunciativa o tom de “conselho”, autorizado e com autoridade (“em mais de 40 anos nesse negócio”) em uma formulação que explora efeitos como o de convicção, de segurança, firmeza e experiência, com o respaldo do consenso que atribui ao que se enuncia o *valor de verdade*.

Assim o *efeito de sentido* explorado com essa formulação linguística, mais do que sugerir uma “ordem”, assume o tom e os contornos de um “conselho” de um *expert*. Sua força não se encontra na novidade do que enuncia, já que não há novidade no que ele disse sobre a

⁷ Cf. Curcino e Mariano (2025), e sua análise da regularidade do uso do modo imperativo em peças de uma campanha nacional de promoção do livro e fomento da leitura realizada por editoras, livrarias durante o período pandêmico, algumas de origem institucional e profissional, outras de origem amadora, que ganharam relativa visibilidade nas redes sociais nesse período.

leitura. Sua força deriva antes do respaldo histórico-cultural do que ele aconselha, do *valor de verdade* social e historicamente atribuído ao que ele enuncia sobre a leitura, o que antecede em muito o momento dessa enunciação, e cuja origem todos sabem não ser a de seu próprio enunciador.

O enunciador não formula uma novidade, não é a origem do que foi dito, nem é o principal fiador do *valor de verdade* do que enunciou. A força do que enuncia se resguarda nesse consenso entre tantos outros que em geral circulam sobre a leitura: não basta ler para ser leitor; é preciso ler muito, ler desde cedo, ler sempre, ler mais do que escrever, enfim, ser um “leitor compulsivo”⁸.

Este por sua vez se conjuga com outro consenso sobre a leitura, o de que é preciso ler muito para formar o gosto pela leitura e o bom gosto em leitura: “Leia tudo o que possa despertar o seu interesse”. Esse é outro discurso bastante presente quando se enuncia sobre a leitura: é preciso ler por interesse, por prazer, e este advém das escolhas do que ler e da importância e valor daquilo “que tem interesse”⁹.

Acresce-se a essas certezas sobre a leitura a de que “ler ajuda muito a escrever bem”, articulada ao testemunho pessoal formulado com ênfase “nunca vi ninguém escrever bem, com inteligência, clareza, objetividade e estilo, que não fosse um leitor compulsivo”. O recurso à tripla negação “nunca / ninguém / não” marca essa certeza enfática. O uso de quatro qualificadores, em sequência, relativos à escrita também atuam na formulação como um modo de enfatizar a importância da leitura para a escrita. Essa importância é outro já sabido muito difundido sobre a leitura, na qual se sustenta a argumentação do enunciador.

Por extensão, a sua enunciação ratifica a condição de *leitor ideal* daquele que o enuncia, afinal uma das propriedades do *leitor ideal* é a de também saber se referir de forma adequada à leitura, recorrendo aos argumentos que são consenso e que constroem a aura e a sacralidade dessa prática, do livro e de quem lê¹⁰, e que são frequentemente reforçadas em instituições

⁸ Esse atributo de “leitor compulsivo”, em geral empregado como qualidade, garante ao sujeito a quem ele é atribuído vantagens simbólicas em nada negligenciáveis. No entanto, se é verdade para a maioria dos sujeitos, seu valor positivo, eufórico, pode e é convertido em um defeito, uma falha, um demérito dependendo da posição assumida por quem enuncia em relação a quem é descrito como um “leitor compulsivo”. Esse é o caso da análise de Curcino (2020c) sobre a forma como em textos da mídia brasileira o perfil leitor de Dilma Rousseff foi descrito: como uma leitora que lia demais, em excesso e de forma frívola.

⁹ Entre outros autores que analisaram esse discurso sobre o “prazer” de ler, sobre o “gosto” pela leitura, cf. Britto (1999).

¹⁰ À respeito dessa autorização prévia, assim como da desautorização prévia de quem pode ou não enunciar sobre a leitura, cf. Curcino (2022; 2024), em sua análise sobre as críticas dirigidas à declaração feita pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2004, quando participou da abertura da Bienal do livro de São Paulo, e em seu discurso mobilizou a comparação de que ler era como “andar na esteira”. Sua comparação encontrou imediatamente grande repercussão, todas elas negativas, em diferentes veículos midiáticos por jornalistas, comentaristas, editores que a condenaram como inadequada, imprópria, ou melhor, como própria de quem não é leitor, valendo-se assim da

escolares, em campanhas de promoção da leitura, em propagandas de empresas do ramo livreiro etc.

Assim, como já demonstraram vários analistas de discurso sobre a leitura¹¹, não estamos diante de uma novidade em tudo o que enuncia sobre a leitura o empresário e editor da Folha nessa aula magna: esse enunciado relativo à leitura, sob a forma de um “conselho”, obtém sua força e sua legitimidade em origens institucionais anteriores a esse evento e é recebido como verdade porque já circula como verdade há muito tempo.

Como forma de aproximação do público jovem para quem a aula magna é proferida, o enunciador faz uma revelação de algo de que se arrepende. Essa confissão tem o poder de tornar ainda mais válido o conselho que em seguida será proferido. É como se pela confissão se estabelecesse com o público uma “convenção fiduciária”:

Na performance, o enunciatário atribui ao enunciado o estatuto veridictório determinado na “convenção fiduciária” firmada entre destinador (enunciador) e destinatário-sujeito (enunciatário) [...]. Todo o programa de produção e de transmissão de enunciados visa a fazer o destinatário-sujeito aceitar o que está sendo enunciado, crer no que recebe, assumir como seu o enunciado do outro. O enunciador quer fazer-criar e constrói seu discurso com o objetivo de que o enunciatário nele creia (Fiorin, 1988, p. 55).

Para esse pacto com seu interlocutor, o enunciador explora os efeitos que o testemunho de um arrependido, a revelação de um segredo guardado, e a confissão de um pecado aportam à sua declaração, como preparação para seu elogio à leitura:

Enunciado 2: “Estudei e li menos do que devia; e ter começado a trabalhar aos 17 anos não me parece servir de explicação para a falta de leitura.”

Nessa aula magna, ao expor sobre as qualidades necessárias ao perfil profissional de um jornalista, o empresário afirma, logo no início de sua aula e em tom confessional, que não lia muito quando era jovem. Diferentemente de se tratar apenas de uma declaração envergonhada, essa revelação parece servir prioritariamente de mote para se redimir por não ter sido exatamente um bom leitor na adolescência e de então poder afirmar sua condição atual de *leitor ideal*. Assim, a revelação condenatória de uma prática do passado da qual se envergonharia tem como efeito a projeção, para o presente, na idade adulta, de uma prática da qual se orgulhar.

ocasião para mais uma vez afirmarem sua condição legitimada de leitores ideais e de seu privilégio exclusivo de poder falar da leitura.

¹¹ Abreu (2001); Britto (1999); Curcino (2016; 2019; 2020a; 2024); Curcino e Varella (2014), entre outros.

Protegido simbolicamente pela posição profissional e de poder que ocupa, ele pode confessar a sua condição de leitor tardio. Ele, no entanto, não o faz de qualquer modo. Essa rememoração confessional é evocada em uma aula magna e com a certeza do respaldo simbólico de que seu enunciador dispõe junto ao público ouvinte. Ele também o faz ciente dos destinos e repercussão outros de sua aula, como sua publicação escrita, ainda que parcialmente, seja pela instituição educacional, seja para figurar em notícia de um jornal de grande circulação como aquele de que é editor, como foi o caso.

O enunciador, relembra uma prática em geral própria de quem não é leitor ou reprovada por quem é leitor, sem com isso colocar em risco sua imagem de *leitor ideal*, antes o contrário. Sua confissão, que visa a revelação de uma falha, é por isso muito promissora na promoção da identificação com o público jovem presente na aula e para quem ele se dirige.

Ao mesmo tempo, ela intensifica a sua qualidade de leitor na atualidade, já que mesmo não tendo lido o que deveria, nem o quanto deveria na adolescência, o empresário e editor, ao comparar seu passado com seu presente e ao valorar negativamente sua atitude do passado, afirma, ainda que de forma indireta, ter se tornado um leitor proficiente, habitual, com autoridade para aconselhar leitores e futuros leitores tal como faz em uma aula magna como essa.

Ele sabe dispor do privilégio simbólico de quem é *herdeiro* e de quem se beneficia de *distinções* sociais e culturais prévias (cf. Bourdieu; Passeron, 2014) que blindam sua imagem e que autorizam a confissão de algo de que se deveria sentir vergonha e que, pela própria confissão, se converte em algo que oportuniza a expressão do orgulho de uma mudança, de uma conquista.

O enunciador mobiliza, portanto, como argumento organizador dessa parte de sua aula, a admissão de um erro, a afirmação de uma culpa. “Estudei e li menos do que devia”. Ele pressupõe encontrar em seu auditório jovens que se identifiquem por terem vivido situação semelhante. O efeito visado com esse “testemunho” pessoal é o de tornar mais legítimo o seu “conselho”, já que ele resulta da experiência de quem viveu e sofreu as consequências da falha que revela.

O empresário e editor não é mero porta-voz de um discurso sem sujeito. Ele pretende e simula, com sua “confissão”, “testemunho” e seu “conselho”, ser a origem do que afirma, ser o fiador desse consenso geral, conhecido socialmente, segundo o qual é preciso ler muito, desde sempre, e saber selecionar o que ler, e fazê-lo com interesse, portanto, de forma sempre “vigilante quanto aos usos e códigos de prestígio da cultura letrada” (Curcino; Rosin, 2020, p. 308).

Seu “conselho” acompanhado de seu “testemunho-confissão” não deixa de ser, em grande medida, um modo de mobilizar a leitura como forma de autopromoção de seu perfil. Ou seja, daquele que, reconhecendo a importância que a leitura assumiu em sua vida adulta, em especial no exercício de sua profissão, converteu-se por isso em um leitor maduro, mais assíduo e mais seletivo do que era na juventude.

A enunciação no passado, em primeira pessoa do singular, no modo indicativo, no pretérito perfeito, “estudei” e “li”, são a marca privilegiada do gênero “testemunho”, cujo relato apela para essa forma verbal linguística que indica uma ação realizada e encerrada no passado, portanto, não durativa.

Ao revelar sua condição de não leitor na juventude ou sua condição de leitor menos voraz, menos constante, menos seletivo no passado, o enunciador encontra uma maneira argumentativa muito eficaz de afirmar sua condição leitora no presente, a de um leitor que agora lê o que deve, em termos de quantidade, de frequência e de qualidade.

Ele se resguarda no *capital cultural* (Bourdieu, 1999) que dispõe, como um profissional do jornalismo, como um intelectual, um empresário bem-sucedido no ramo da comunicação, para reafirmar sua condição leitora, ao mesmo tempo em que mobiliza a leitura como meio e origem necessários para a conquista de sua condição profissional.

Em certa medida, ele atribui à leitura um peso maior do que ela de fato pode ter tido para torná-lo, não apenas um profissional, mas um proprietário dos meios de produção comunicacionais em que ele atua. Como afirma Curcino (2020a; 2020b), a leitura é frequentemente usada como alibi para atenuar o impacto de outros fatores e para silenciar a condição privilegiada de muitos *herdeiros*, ao ser apresentada como razão fundamental para o mérito profissional.

Imbuído desse mesmo princípio meritocrático, e à serviço de uma lógica ao gosto do capital, o enunciador ainda acrescenta que “ter começado a trabalhar aos 17 anos não me parece servir de explicação para a falta de leitura”. Nesse enunciado ecoam discursos cuja formação e circulação são anteriores à sua enunciação e cuja regularidade sustenta seu *valor de verdade*. O empresário e editor desse importante veículo de comunicação nacional se adianta e busca invalidar o argumento das condições materiais que permitem ou impedem que jovens se tornem leitores e exerçam de forma plena essa prática.

Como afirma, a sua condição de trabalhador precoce, que teria iniciado muito jovem suas atividades profissionais, não pode ser usada como “desculpa” para não ter lido como acha que deveria ter lido. Para negá-la como justificativa, o enunciador a convoca como justificativa. Estamos diante de uma aparente contradição. Ela, no entanto, é coerente com a posição de onde

enuncia.

O empresário e editor do jornal esforça-se por afirmar mais uma vez o discurso que responsabiliza exclusiva e prioritariamente o indivíduo por seu eventual sucesso profissional. E que silencia o quanto nossas escolhas, decisões, sucessos ou fracassos relacionam-se às condições materiais que oferecem ou negam as condições para poder vir a ser e poder ocupar e desempenhar funções profissionais com sucesso, segundo essa lógica neoliberal que rege nossa sociedade.

O que ele não enuncia, seja por não achar necessário, seja por não querer reconhecer seus privilégios de classe, é que sua carreira não se inicia como a de um trabalhador qualquer, mas como a de filho de patrão, como a de um futuro patrão, como *herdeiro*. Portanto, como alguém cujo futuro, em termos econômicos e culturais, está assegurado, tenha sido ele ou não, na adolescência um grande leitor, seja ele ou não, na idade adulta, um grande leitor.

Não bastando o apelo a essa formulação meritocrática, segundo a qual ele teria, a seu ver, começado a trabalhar muito cedo “aos 17 anos” – embora não tão cedo quanto os filhos da classe trabalhadora e expropriada de nosso país –, o enunciador nega que sua menção ao trabalho possa ser uma justificativa para ter lido pouco na juventude porque isso “não [lhe] parece servir de explicação para a falta de leitura”.

Ao afirmar isso, o enunciador não visa apenas invalidar o que seria, no caso dele, uma não justificativa do fato de não ter lido tudo o que “devia” quando jovem. É na verdade a anulação prévia de um argumento que ele sabe poder ser mobilizado para denunciar a fragilidade de seu discurso “meritocrático” frequentemente usado como meio de explicar e justificar as desigualdades sociais.

Assim, segundo enfatiza o enunciador, o tempo dispensado ao trabalho não seria justificativa para não se ler. Em sua declaração viceja, portanto, não apenas a mobilização instrumentalizada da leitura como um elemento chave para o desenvolvimento profissional e emancipação social. Como também um argumento para silenciar as condições materiais que de fato garantem esse desenvolvimento e emancipação, mas que, sobretudo, garantem a perpetuação do acúmulo, a reprodução social e a manutenção da desigualdade de classe.

Nela também viceja a reiteração, por vários meios, da tentativa de anulação do argumento de que aqueles que trabalham e comprometem seu tempo com jornadas de trabalho extensas e extenuantes, desde cedo, seriam sistematicamente impedidos, entre outras coisas, de se tornarem leitores, afinal:

[...] o quê e o quanto um cidadão é leitor depende, acima de tudo, de sua condição social e da possibilidade de ter acesso ao escrito, e isso depende das relações sociais. [...] Ou seja: os mais excluídos da leitura são também os mais excluídos da sociedade, os que não têm emprego, moradia, atenção à saúde, direito ao lazer (Britto, 1999, p. 91).

Quando o enunciador recorre à justificativa – e ao mesmo tempo a refuta – de que leu menos do que devia por causa do trabalho, ele o faz porque sabe ser necessário, depois de confessar ter sido um leitor em déficit, apresentar uma justificativa¹². Não se pode simplesmente, quando se é leitor, revelar aspectos condenáveis de sua trajetória leitora sem que se recorra a alguma justificativa.

É justamente porque circula entre nós os consensos de que ler é prazeroso, ler emancipa, é justamente porque os que dispõem das condições materiais possibilitadoras da leitura podem mobilizá-la como uma das explicações de suas condições materiais favoráveis. E é justamente porque um *herdeiro* aprende desde cedo que se afirmar leitor contribui para a consolidação de *capital cultural* de prestígio e que saber o que afirmar de si como leitor ou a respeito da leitura válida e facilita o reconhecimento social como leitor.

São por essas razões que o enunciador recorre à justificativa do trabalho – como um elemento que ocupa o tempo necessário para outras atividades como a leitura – e, em seguida, a recusa como justificativa, como deve fazer todo aquele cuja riqueza vem da exploração do trabalho alheio.

A articulação do argumento “perda de tempo” ou “falta de tempo” como condicionantes da leitura é bastante comum. Para ler é preciso dispor de tempo. Esse é um dos grandes empecilhos materiais e efetivos para a democratização da leitura. O tempo é também aquilo que se vende e se compra em uma sociedade capitalista. O tempo de trabalho e o tempo de lazer são disputados e têm seus preços estabelecidos e negociados em função das classes a que pertencem os sujeitos. O tempo da leitura é ainda um bem restrito a certas classes e por isso usufruído por poucas pessoas. Numa sociedade como a nossa o argumento de “não ter tempo para fazer algo” relaciona-se às condições materiais efetivas de alguns e ao modo de se justificar em relação a certas práticas, para outros. Além disso, o que escolhemos fazer, na distribuição rarefeita do nosso tempo, pode nos conferir prestígio simbólico. A leitura é uma das atividades que dispõe desse prestígio e o outorga a quem a empreende [a quem pode empreendê-la] (Curcino, 2019, p. 11).

¹² Mesmo os não leitores contumazes e orgulhosos dessa sua condição sabem ser necessário justificar-se a esse respeito, como afirma Curcino (2019) ao analisar o modo como o ex-presidente Jair Bolsonaro, em sua campanha eleitoral de 2018, quando escolhe como símbolo uma “arma de fogo” para se opor ao “livro”, signo da cultura, da ciência, da universidade pública, dos professores e estudantes, dos intelectuais e artistas, é obrigado a se referir a livros, que admite não ter lido, o que ainda assim o impele a se justificar dizendo que não leu porque aquilo que o livro dizia não tinha dado certo e que então ele não iria perder tempo com aquilo.

O enunciador sabe que não basta ocupar o lugar de empresário de sucesso, bilionário, integrante da lista da Forbes que elege os homens mais ricos do país. Para uma aula magna, para inspirar jovens pretendentes à carreira na área de comunicação, possíveis futuros empregados, é preciso se apoiar em temas culturais de prestígio, e em tom moralizante. Afinal, no que ele enuncia sobre a leitura se mobiliza o jogo entre a vergonha que se confessa e a culpa que se expia ao se revelar um passado menos leitor do que deveria ter sido, e ao se ostentar o orgulho da condição atual de, enfim, ser leitor como se deve, devidamente recompensado com o lugar de honra de quem profere uma aula magna e pode falar da leitura.

Algumas considerações

Nesses dois enunciados deparamo-nos com uma série de consensos compartilhados em nossa sociedade acerca da leitura. Sua força se deve em grande medida à capacidade de conversão desses consensos em benefício de poucos e à capacidade de converter muitos a assumirem e reproduzirem esses consensos. A leitura tem sido convocada como um álibi “sutil, insuspeito, naturalizado e convincente para se justificar as desigualdades sociais” (Curcino, Varella, Oliveira, 2019, p. 1). Não sem razão, é mobilizada sob o signo de discursos meritocráticos (Curcino, 2020b).

No caso analisado, declarações, em tese, envergonhadas se convertem em estratégias de ostentação do orgulho leitor. Essas declarações somente são autorizadas, sem, com isso, arranhar a imagem de *leitor ideal*, justamente para quem dispõe de antemão de uma blindagem cultural. Sua condição leitora não se coloca em jogo em confissões de certos sujeitos, como constatamos em análise precedente, cujos deslizos e falhas das quais se envergonhar não afetam da mesma forma qualquer sujeito, podendo antes ser ocasião de orgulho, afinal:

Se para alguns a confissão de ter deixado de ler, ou de não ler, pode ser julgada como um defeito, um demérito, um problema, para outros declarações como esta não afetam sua imagem leitora, não melindram seu benefício de classe, seu prestígio cultural. Somente os herdeiros contam com esse privilégio (Curcino; Leite, 2025, p. 153).

Assim, a alusão a algo reprovável em seu percurso como leitor serve antes como forma de validar a posição sujeito daquele que, expiada sua culpa, aconselha e recomenda a leitura. Esse tipo de postura compõe o ritual letrado que uma aula magna exige, cujo gênero pressupõe “aconselhar” e “inspirar” o auditório de ingressantes que sonham exercer a profissão do

palestrante. Ela é ainda circunstância de defesa de valores e práticas de prestígio, de promoção de identificação com os interlocutores e de ostentação do *ethos*¹³ letrado do enunciador e de todos que participam do ritual.

Com nossa análise, buscamos refletir sobre as razões que nos impedem, como sociedade, de melhor gerir a garantia do direito à leitura, não como um fetiche em benefício da lógica da *distinção*, mas como ato potencialmente emancipatório especialmente para quem esse direito é sistematicamente negado. Para isso, é preciso compreender o funcionamento dos discursos sobre essa prática, as formas de manutenção dos consensos, os modos de apropriação do valor simbólico da leitura, mobilizados para promover não apenas certos indivíduos como também validar ideias e valores dominantes, entre os quais aqueles da meritocracia.

Referências

- ABREU, Márcia. Diferença e Desigualdade: preconceitos em leitura. In: MARINHO, M. (org.). **Ler e Navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à Análise do discurso. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a noção de *ethos***. São Paulo: Contexto, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 71-79.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: EdUFSC, 2014.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. Máximas impertinentes. In: PRADO, J.; CONDINI, P. (org.). **A formação do leitor: pontos de vista**. Rio de Janeiro: Argus, 1999, p. 101-107.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.
- CHARTIER, Roger. Ler sem livros. **Revista Linguasagem** - Discursos sobre leitores e leitura: suas representações simbólicas como tema de pesquisa, São Carlos, v. 32, p. 6-17, 2019. Disponível em: <https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/655>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- CURCINO, Luzmara. Discursos hegemônicos sobre a leitura e suas formas de hierarquização dos leitores. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (org.). **(In)subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos**. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p. 231-250.

¹³ Sobre o conceito de *ethos*, conforme tem sido apropriado nos estudos discursivos, cf. Amossy (2011).

CURCINO, Luzmara. Conheceréis a verdade e a verdade vos libertará: livros na eleição presidencial de Bolsonaro. **Discurso & Sociedad**, Barcelona, v. 13, n. 3, p. 468-494, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14198/dissoc.13.3.7>

CURCINO, Luzmara. Da infâmia à resistência: quando se é notícia porque se lê. In: BRAGA, A.; SÁ, I. (orgs.). **Microfísica da resistência**: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. Campinas: Pontes, 2020a, p. 249-274.

CURCINO, Luzmara. Infames e penetras no universo da leitura: princípios da arqueologia foucaultiana em uma análise de discursos sobre essa prática. **Moara**, v. 1, n. 57, p. 74-91, ago./dez. 2020b. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i57.8874>

CURCINO, Luzmara. La femme qui lit: stéréotypes sexistes dans les représentations de Dilma Rousseff en tant que lectrice dans les médias au Brésil. **Textes et contextes** [Online], v. 2, n. 15, p. 1-51, dez. 2020c. DOI: <https://doi.org/10.58335/textesetcontextes.2935>

CURCINO, Luzmara. Leitores orgulhosos, Leitores envergonhados: as emoções em discursos sobre a leitura. **Álabe** - Revista de Investigación sobre Lectura y Escritura, n. 25, p. 1-14, jan./jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.15645/Alabe2022.25.3>

CURCINO, Luzmara. As emoções em discursos sobre a leitura. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (orgs.). **O Discurso e as Emoções**: medo, ódio, vergonha e outros afetos. São Paulo: Parábola, 2024, p. 79-92.

CURCINO, Luzmara; MARIANO, Laura Andreoli. “Juntos pelo livro”: segmento livreiro, pandemia e política. In: SEVERO, C. G.; BARBOSA, M. L. R. (orgs.). **Políticas Linguísticas Educacionais**: teoria e prática. [livro eletrônico] Araraquara: Letraria, 2025, p. 51-63. Disponível em: <https://www.letraria.net/politicas-linguisticas-educacionais-teoria-e-pratica/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CURCINO, Luzmara; LEITE, Paul Fernand da Cunha. Li e não quero mais ler: discurso, leitura e emoções. **Revista Saridh** – Linguagem e Discurso, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 145–155, 2025. DOI: <https://doi.org/10.21680/2674-6131.2025v7n1ID39582>

CURCINO, Luzmara; ROSIN, Pâmela. Uma análise discursiva da técnica de seleção e de citação de frases em notas de Rui Barbosa e Florestan Fernandes. **Revista Humanidades e Inovação**, Universidade Estadual do Tocantins. v. 7, n. 24, p. 295-310, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4375>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CURCINO, Luzmara; VARELLA, Simone Garavello. Discursos sobre a leitura: uma análise de vídeo-campanhas em prol dessa prática. **Revista Desenredo**, v. 10, p. 337-354, 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8ff8/0fcafb466438a37730257f4f4d4f3b299a76.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

CURCINO, Luzmara; VARELLA, Simone; OLIVEIRA, Jéssica. Discursos sobre leitores e leitura: suas representações simbólicas como tema de pesquisas [Apresentação]. **Revista Linguagem**. São Carlos, v. 32, p. 1-5, dez. 2019. Disponível em:

Luzmara Curcino, Paul Fernand da Cunha Leite. Entre a confissão e a ostentação: discursos sobre a leitura em declarações envergonhadas de leitores orgulhosos.

<https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/654>. Acesso em: 29 ago. 2025.

FIORIN, José Luiz. As figuras de pensamento: Estratégia do enunciador para persuadir o enunciatário. **Alfa**: Revista de Linguística, n. 32, p. 53-67, 1988. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/download/3798/3506/9359>. Acesso em: 29 mar. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRIAS, Luiz. Apartidarismo é base para jornalismo crítico e independente. **Folha de S. Paulo**, Caderno Opinião, 24 abr. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luiz-frias/2022/04/apartidarismo-e-base-para-jornalismo-critico-e-independente-diz-publisher-da-folha.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Recebido em: 8 de setembro de 2025

Aceito em: 30 de outubro de 2025